



Grupo de Diálogo 06: Educação Profissional no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos.

EJA: leitura, cidadania e trabalho uma experiência com estudantes do município de Valença/Ba

Rosimere Silva Santos Lima, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

Palavras-chave: Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

A educação de jovens e adultos é conceituada pela Lei de Diretrizes e Base-LDB, nº 9394/96- como uma modalidade de educação voltada para a formação de estudantes que por motivos diversos não conseguiram ingressar ou concluir os seus estudos no período regular que compreende a educação básica.

Apesar de regulamentada como uma modalidade de ensino, a educação de jovens e adultos vem se constituindo no decorrer dos anos como um campo que traz instigação política. Esta instigação política tem sua origem na ideia de reparação dos direitos negados no decorrer de década a esta camada da população, que devido a suas condições precárias abandonavam os estudos para entrar no mercado de trabalho.

Esta realidade vivenciada por estes estudantes/trabalhadores em sua grande maioria exige que a proposta didático/pedagógica utilize-se de diversos instrumentos de integração que viabilize a apropriação do conhecimento a partir de aportes teórico, prático e cultural respeitando as diversidades de valores, costumes, crenças e sentimentos desse público que está na escola, mas já traz dentro de si uma gama de e conhecimento que devem ser valorizados respeitado.

Considerando o que foi exposto o presente relato tem como finalidade compartilhar as experiências vivenciadas no decorrer do estágio de regência do curso de Pedagogia, realizado em uma escola do município de Valença/BA, no ano de 2010, com estudantes do 4º ano da Educação de Jovens e Adultos, a partir da elaboração de um projeto com o título: EJA: Leitura, cidadania e



Cadernos Macambira

V. 5, Nº 2, 2020. Página 283 de 448. ISSN 2525-6580

Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapprudes.net/>

trabalho, com carga horária de 60 horas. Este projeto teve como objetivo proporcionar aos estudantes momentos de leituras, interpretação e produção, por meio de textos diversos com temas voltados para leitura, para a cidadania e para o trabalho, a fim de promover a sua emancipação enquanto cidadão de direitos e deveres.

Apesar de já ter se passado dez anos desta experiência considero que o que vai ser compartilhado aqui se trata de algo atual, pois ainda, buscamos um modelo de educação para jovens e adultos que atenda na sua proposta pedagógica esta relação entre teoria e prática associada ao cotidiano dos estudantes.

Tomando como parâmetro a lei 11.788/2008, O estágio curricular supervisionado tem como objetivo oferecer aos graduandos em pedagogia a oportunidade de vivenciar situações reais do nosso campo de trabalho, despertando em nós a capacidade de planejar, executar e avaliar. Desta forma, como pedagoga, não poderia pensar um projeto de estágio que contemplasse as ações que ampliasse o meu conhecimento didático/pedagógico, sem que estas ações pudessem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem destes estudantes, aluno regular do curso noturno da educação de jovens e adultos.

Por isso, o método utilizado neste trabalho foi o Freiriano, que consiste em utilizar os conhecimentos do cotidiano dos estudantes no seu processo de formação aproximando os estudantes da realidade. Martins (2007) afirma que esta forma de conduzir a aprendizagem deve fazer o estudante aprender a aprender refletindo sobre sua própria atuação, como sujeito do processo.

Brandão (1981) compreende que o método proposto por Freire, identifica-se com a perspectiva de aprender a ler o mundo a partir da realidade dos estudantes, por isso, este método tem como ponto de partida o cotidiano destes sujeitos. Para Freire (1987, pg. 11) “O homem se reconhece como sujeito que elabora o mundo; nele, no mundo efetua-se a necessária mediação do autoconhecimento que o personaliza e o conscientiza como autor responsável de sua própria história.”. Sendo assim, as ações pedagógicas realizada com os estudantes do EJA, devem ser pautada no diálogo, na troca de experiência e no compartilhamento de saberes.

Logo, o método usado por Freire não consiste em mero caminho a ser trilhado pelos profissionais de educação, mas uma proposta de reflexão entre o que é ensinado e o que é



vivenciado pelos estudantes, exigindo, assim, do professor, na condução de sua atividade educacional, o uso de mediações significativas no processo ensino e aprendizagem.

Martins (2007) afirma que aquilo que os estudantes apenas ouvem logo se esquece daquilo que veem pouco guardam, mas aquilo que fazem e descobrem jamais esquecerão. Visando alcançar a aprendizagem a partir destas três ações: ouvir, ver e fazer, sem perder de vista o conhecimento prévio dos estudantes, escolheu-se usar neste trabalho o método de Freire atrelado à pedagogia por projetos. O autor sinaliza que a pedagogia por projetos tem como objetivo levar os estudantes a consolidar o seu conhecimento de forma prazerosa, transformadora, utilizando-se da integração da cooperação e da criatividade.

Partindo destas primícias, o projeto EJA: Leitura Cidadania e trabalho, foi articulado pensando temas ou problemas da realidade social dos estudantes do EJA, embora estes temas escolhidos não fossem conteúdos específicos das disciplinas tradicionais, eles foram trabalhados em uma perspectiva interdisciplinar, associando os conhecimentos desenvolvidos no decorrer do projeto com as aprendizagens relacionadas às disciplinas oficiais.

Para tanto, foram elaborados planos de atividades específicos para cada categoria trabalhada, de forma que os conteúdos fossem correlatos com os componentes curriculares contidos no planejamento pedagógico do curso, respeitando a especificidade de cada disciplina.

Por fim, baseado em uma metodologia emancipadora a atividades realizadas com os estudantes no decorrer do estágio curricular, através do projeto EJA-Leitura cidadania e trabalho desafiava-os a usarem a sua criatividade, para isso, os trabalhos individuais/coletivos foram pensados de forma que à medida que fossem realizados possibilitasse aos estudantes compreender o seu lugar naquele espaço de aprendizagem, não mais como estudante passivo, mas como sujeito do seu processo de aprendizagem.

EJA: LEITURA, CIDADANIA E TRABALHO

EJA



O art. 37 no seu parágrafo 2º estabelece que o poder público deve promover o desenvolvimento da educação de jovens adultos a partir de ações integradas e complementares. Estas ações precisam esta articulada com as necessidades formativas do estudante trabalhador, observando o interstício de tempo trabalho e de tempo escola. Gadotti (2014) defende que educação de jovens e adultos deve ser prioridade nas discussões que envolvam o direito a educação, para ele o direito a educação não prescreve aos 14 anos, mas vincula-se a uma vida como um todo,

Segundo Gadotti (1992), esses jovens e adultos pertencem a um universo humano diferente da criança e por isso demandam outras formas de organização escolar, ou seja, os conteúdos e práticas devem ser definidos levando em consideração o interesse imediato dos estudantes. Para Freire (1982) a alfabetização de adultos é vista como um ato político, e um ato de conhecimento, por isso, torna-se um ato criador.

No contexto da educação de jovens e adultos, o conhecimento necessita está interconectado entre o conteúdo formal com o conteúdo informal, isto não significa segundo Gadotti (2014) escolarizar o conhecimento tradicional, descontextualizando-o e submetendo a um rigor técnico concebido como verdade absoluta, mas estabelecer um diálogo entre o saber do cotidiano com o saber técnico científico.

Segundo Gadotti (2001) a educação proposta pela EJA deve ser sempre multicultural. Uma educação para o desenvolvimento do conhecimento e para integração na diversidade cultural dos sujeitos, ele cita ainda em seu texto: “Um cenário possível da educação de jovens e adultos no Brasil, que uma longa caminhada começa por um pequeno passo e esse primeiro passo é acreditar na educação de jovens e adultos.” Acreditar para transformar a EJA em um campo de direitos, que contribui para a formação política dos jovens e adultos brasileiros.

LEITURA

Sabemos que o ato de lê deve proporcionar para os estudantes do EJA uma relação de aproximação com algo que tenha sentido para sua vida, de forma que venha despertar nele interesse pela leitura. Segundo Freire (1989) a leitura não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo.



Neste sentido percebemos que a leitura tem sentido para os estudantes do EJA quando esta associada as suas experiências de mundo, por isso, não cabe na educação de jovens e adultos, o uso de textos acadêmicos com uma linguagem inacessível e distantes dos estudantes, porque isso pode frustrar o seu processo de ensino e aprendizagem. Aguiar e Andrade Neta (2015) considera que “ser leitor exige participação ativa do sujeito no processo de sentidos para o lido”. Já Silva (1984) diz que leitura se manifesta, então, como a experiência resultante do trajeto seguido pela consciência do sujeito em seu projeto de desvelamento do texto.

De acordo com Freire (1989) “a leitura de mundo precede a leitura da palavra à leitura desta implica na leitura daquela”, ou seja, uma complementa a outra. Na educação de jovens e adultos este pensamento de Freire é amplamente percebido, quando na pratica da sala de aula pode constata que grandes narrativas são melhores interpretadas quando tem um significado para os estudantes.

O ato de ler como construtor de sentidos, deve permiti que os estudantes processem, critique, aprecie, contradiga ou avalie o material escrito que tem diante de si. (DIAS e GOMES, 2015) Por isso, os textos utilizados ao longo do projeto EJA-Leitura, cidadania e trabalho, eram sempre textos com uma linguagem acessível, mas com cunho critico intuitivo e reflexivo, partindo de assuntos do interesse dos educandos.

CIDADANIA

O termo cidadania no Brasil é novo, considerando que passou a ser difundido com mais frequência após a constituição de 1988. Sendo assim, iniciaremos esta exposição sobre cidadania apresentado os capitulo I e II da Constituição Federal de 1988, estes capítulos versam sobre os direitos e garantias fundamentais de todo cidadão brasileiro. O capitulo I expressa os direitos coletivos e individuais e o capitulo expressas os direitos sociais, incluído o direito do trabalho.

A constituição Federal de 1988, ainda estabelece em seu Art. 205 que a educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Desta forma, é um dever de todo o educador promover em sua sala de aula discussões que amplie o entendimento dos estudantes concementes aos seus direitos e deveres em uma sociedade democrática.



Reconhecer os jovens e adultos como membros de coletivos traria outro horizonte para a EJA. Superar a ideia de que trabalhamos com percursos individuais, para tentar mapear que coletivos a frequentam. O coletivo negro, o coletivo mais pobre, o coletivo de trabalhadores, o coletivo dos sem-trabalho, coletivo das mulheres. (ARROYO, 2012, p.24).

O autoconhecimento dos educandos do EJA ocorre pelo seu processo de emancipação que é construído em meio às contradições e conflitos vivenciados no cotidiano escolar em meio a uma diversidade de conhecimento. Amorim, Aquino e Souza (2016) afirma que o direito a cidadania deve ser a primeira promulgação de um paradigma de educação para a emancipação, constatando-se que a luta pelo direito negado já faz parte de uma formação que começa fora da escola.

Desta forma, a escola como espaço de consolidação de aprendizagens apreendidas no cotidiano dos estudantes, deve ser um espaço aonde estas questões devam ser debatidas, desconstruídas e consolidadas para o bem de uma coletividade. Sendo assim, o direito a educação, o direito a saúde, o direito ao trabalho, o respeito ao outro deve sim fazer parte dos conteúdos escolares, frente a isto, o projeto EJA: leitura, cidadania e trabalho abordou a cidadania a partir dos conteúdos voltados para os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais, o direito a voto associados à realidade dos estudantes.

TRABALHO

O trabalho no decorrer da história da humanidade passou por mudanças significativas que contribuíram para atual situação global. A princípio o trabalho era compreendido como algo natural que fazia parte da vida do ser humano, ou seja, o trabalho assumia uma característica ontológica. Borges (2017) diz que o trabalho pode ser considerado uma ação coletiva e social pela qual o homem responde as suas necessidades, sendo o trabalho capaz de defini-lo como ser.

Com o avanço da industrialização o trabalho subdividiu-se de acordo com Marx em trabalho manual e trabalho intelectual, este processo de hierarquização modificou o sentido do trabalho para homem, este deixou de ser parte da sua existência para se transformar em uma mercadoria a serviço do capital.

De acordo com Marx (1818-1813) o modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração; isto é, pela apropriação da força de trabalho. Esta é uma realidade presente em toda mundo, que se perpetua através da educação que esta a serviço do capitalismo. Apesar do seu



predomínio o trabalho vazio de sentidos vem sendo questionado pelos defensores de uma educação humana e integral que enxerga o trabalho como princípio educativo e ontológico, como é o exemplo de Marx, Engels, Gramsci.

O professor da educação de jovens e adultos que pretende adotar o trabalho com princípio educativo na sua atividade pratica deverá considerar os apontamentos de Kuenzer (1991, p. 96), para tanto, deve considerar:

Os aspectos cognitivos: - os tipos de habilidade que são desenvolvidas pelo trabalho; as condições para o desenvolvimento destas habilidades; o processo de expropriação do saber; (a temática diz respeito, não aos aspectos psicológicos, mas sociais, gerados pela contradição capital/trabalho); - o processo de socialização pelo trabalho: comportamentos, aspectos organizacionais que tornam o trabalho um princípio educativo ou não; os comportamentos de resistência e de contestação à reprodução das relações sociais de produção;

A educação neste sentido assume um caráter emancipador, pois, contrapõem-se ao modelo hegemônico que transforma o trabalho que por século foi à essência do homem, em um elemento estranho e distante de sua “realidade” cotidiano, fazendo com que o trabalhador não tenha mais orgulho no resultado do seu trabalho. Por isso, Paulo Freire, é um referencial para o modelo de educação que vincula educação com realidade, que aproxima o trabalhador da sua prática e possibilita que estes venham ter consciência da sua condição de oprimido.

Conclui-se que o trabalho dignifica o homem desde que produza sentido para sua vida, e não seja um elemento de opressão e submissão deste aos interesses do capital. No entanto, que se vê é a supressão de direitos conquistados há décadas, como é o exemplo da reforma trabalhista efetivada a partir da Lei 13.467/2017. Logo, a educação emancipadora deve trazer para os espaços escolares estas discussões, para com isso, instrumentalizar os trabalhadores na defesa de seus direitos.

AS CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO EJA: LEITURA, CIDADANIA E TRABALHO PARA A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DO 4º ANO/EJA DO MUNICÍPIO DE VALENÇA/BA

Todas as experiências vivenciadas pelos estudantes do EJA no decorrer do Projeto EJA-leitura, cidadania e trabalho resultaram em momentos significativos de aprendizagens, construídos com base na relação teoria e prática tão amplamente defendida por Freire (1987). Para Freire os



Cadernos Macambira

V. 5, Nº 2, 2020. Página 289 de 448. ISSN 2525-6580

Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.

Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes

<http://revista.lapprudes.net/>

homens são na verdade seres da práxis, que ao longo da sua vida produzem e são produzidos por uma relação entre o agir e o pensar.

Sendo assim, a primeira categoria trabalhada neste projeto foi leitura, nesta fase, os estudantes foram estimulados ao hábito de ler, para isso, foram utilizados textos que guardavam relação direta com a sua realidade. Por exemplo, o uso da música propiciou aos estudantes momentos de descontração, que suavizava o seu estado de cansaço após um dia de trabalho, Já o uso da poesia despertou lhes o interesse de compreender os sentidos das palavras conhecidas e desconhecidas, o uso de texto informativo estimulou a criticidades destes estudantes. Para incentiva-los, além da leitura dos textos escritos, foi trabalhada também a leitura a partir do uso das imagens e dos símbolos.

A segunda Categoria trabalhada no projeto foi à cidadania, este tema foi apresentado aos estudantes utilizando-se de textos legislativo como: a Constituição Federal de 1988 e a lei de 8212/91 e lei 8213/91 que versa sobre os direitos previdenciários. Os debates propostos em sala de aula abriram o entendimento dos estudantes trabalhadores para situações vivenciadas no seu cotidiano. A primeira atividade realizada teve como objetivo compreender o significado da palavra cidadão para os estudantes. A segunda atividade trouxe o seguinte questionamento para os estudantes: quais são os requisitos necessários para o exercício da cidadania? Parece algo simples, mas para alguns daqueles estudantes não foi! Pois, poucos sabiam responder! É denominado cidadão todos aqueles que têm os seus direitos civis preservados, que vive em sociedade democrática.

Estas ações realizadas com os estudantes do EJA no decorrer do projeto oportunizaram a estes educandos ampliarem o seu nível de conhecimento sobre o exercício da cidadania, reconhecendo os seus direitos e deveres, entendendo a importância do exercício do voto para a representatividade popular nos governança do país, deixando claro, que o voto é algo inegociável, e que uma má escolha interfere na condução das políticas públicas implementadas no país. Desta forma os assuntos, abordados dava ênfase ao autoconhecimento dos estudantes como cidadão de direitos e deveres comprometidos com um processo de formação que vai além dos modelos hegemônicos que permeiam o campo da educação.



A última categoria abordada no projeto relacionava-se com a vida profissional dos estudantes, os assuntos trabalhados despertaram grande interesse nos estudantes, já que a grande maioria vivia em condição de precarização, aonde os seus direitos eram desrespeitados, seja pela legislação ou pela omissão daqueles que os “contratavam”. Quando era demitido não recebiam os seus direitos, e por uma relação de subordinação não buscavam ajuda dos órgãos competentes. Percebi em seus relatos um fragmento do texto de Freire (1987, p. 48), “Há em certo momento da experiência existencial dos oprimidos, uma irresistível atração pelo opressor”, ou seja, na fala destes estudantes, mesmo sentido a sua condição de oprimido, havia uma defesa (justificativa) para que os seus direitos não fossem respeitados.

Nesta oportunidade, também foi trabalhado o empreendedorismo individual, estimulando os estudantes que exerciam alguma atividade informal a regulamentar a sua situação, e assim, ter os seus direitos previdenciários garantidos. Com isso, percebe-se que o ensino emancipador proposto por Freire de fato transforma a vida do estudante trabalhador, foi que pude testemunhar através dos relatos dos estudantes no decorrer do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a proposta desenvolvida no projeto EJA-Leitura, Cidadania e Trabalho fundamentou-se no pensamento de Paulo Freire que compreendia a educação como instrumento de libertação do oprimido e do opressor. No entanto, esta superação só é possível se os ideais de liberdade forem realistas, e não estejam dominados por uma relação velada de dominação que tem como objetivo esconder os instrumentos de opressão sob a falsa ideia que todos são iguais, ou que o indivíduo é responsável pelo seu estado social. Trazer esta discussão para dentro das escolas é um grande desafio para os educadores, mas extremamente necessário.

Desta forma, a educação libertadora ela tem que assumir um caráter reflexivo possibilitando ao indivíduo romper com a visão de mundo a ele imposta e descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria história. Este modelo de educação emancipador compreende o ensino como instrumento que agrega e consolida as múltiplas formas de se produzir o conhecimento, através de categorias e atividades variadas.



É neste sentido, que o uso destas categorias: leitura, cidadania e trabalho corroboram com a formação dos estudantes do EJA, demonstrando assim, que o ensino emancipador agrega o conhecimento de mundo ao conhecimento elaborado e reelaborado pelos conhecimentos científicos. Portanto, recorrer a estas categorias para o ensino do EJA é extremamente relevante nos dias atuais, quando os direitos do cidadão vêm sendo negado a cada dia.

Para concluir farei referência ao pensamento de Marx e Gramsci que trata sobre a convivência dos dois sistemas de ensino enquanto não houver a travessia de um sistema para o outro, ou seja, uma educação unilateral e uma educação humana integral percebe-se que a convivência destes dois pensamentos no Brasil se arrasta desde o século XX, mesmo com os avanços conquistados. Eis aí um grande desafio: educar para a cidadania a partir de um modelo de educação neoliberal e excludente mesmo se dizendo inclusiva como é o caso da educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIA

AMORIM, A. AQUINO, M, S. SOUZA. A. H.L. A concepção de educação para a cidadania na educação de jovens e adultos: aspectos teóricos e práticos. Rev.Teias v.17.*n*46 (jul./set.-2016):Observatório de Educação Especial e Inclusão Escolar. Acessado: [file:///C:/Users/roses/Downloads/24945-82396-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/roses/Downloads/24945-82396-1-PB%20(1).pdf).

AGUIAR, I.S.S. ANDRADE. N.F. **A importância da leitura na educação de jovens e adultos:** de que tipo de leitura estamos falando? Revista de Educação, Ciência e Tecnologia. Canoas, v.4, n.1, 2015.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Educação de jovens e adultos:** um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BORGES.L.F.P. Educação, escola humanização em Marx,Engels e Lucaks.Revista Educação em Questão, Natal,v.55,n.45,p.101-126, jul/set. 2017. Acessado em :<https://www.google.com/search?q=educa%C3%A7%C3%A3o%2C+escola+e+humaniza%C3%A7%C3%A3o+em+marx+e+engel+pdf&oq=educa%C3%A7%C3%A3o&aqs=chrome.0.69i59l3j69i57j0j69i61l3.3438j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

BRANDÃO. C. R. O que é o método Paulo Freire? 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Acessado em 19 de agosto de 2020: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm



BRASIL. Lei 11788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Acessado em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm

DIAS, M.T.M.GOMES, M.F.C. **Práticas Sociais de leitura em uma sala de aula de jovens e adultos: contratos e foco.** Educ. rev. vol.31 no.2 Belo Horizonte Apr./June 2015. Acessado em 19 de agosto de 2020 https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000200183&script=sci_arttext&lng=pt

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de Ler:** em três artigos que se complementam/Paulo Freire.43ª ed. São Paulo, Cortez, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e educação para todos.** Rio de Janeiro: Graal, 1992

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, João E. **Educação de Jovens e adultos:** teoria e pratica e proposta. São Paulo, Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos /** Moacir Gadotti. — 1. ed. — São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

KUENZER, A.Z. **Educação e trabalho no Brasil: o estado da questão /** Acácia Zeneida Kuenzer.— 2. impressão.— Brasília: INEP; Santiago: REDUC, 1991. Acessado: 19 de agosto de 2020. em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me002671.pdf>.

MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa: Do ensino fundamental ao ensino médio/Jorge santos Martins -** Campinas São Paulo:Papirus,2001.

MARX, Karl. **Textos sobre educação e ensino/Karl Marx e Frederich Engels: Tradução Rubens Eduardo Frias.** São Paulo: Centauro, 2004.

SILVA, E. T. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.